
Responsável: Fábio Ribeiro

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2025.

Identificação

Contratação de serviços de consultoria, pessoa física, para elaboração de instrumentos para gestão de Salvaguardas Ambientais e Sociais do ARPA Comunidades

1. INTRODUÇÃO

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, FUNBIO, é uma associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com atribuição de coordenação técnica e financeira, e está alinhado aos princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Em seu portfólio, o FUNBIO dispõe de diversos projetos na Amazônia brasileira, com destaque para o Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), que apoia a consolidação de 120 Unidades de Conservação do bioma. O FUNBIO também desenvolve projetos relacionados ao fomento da sociobioeconomia da região, como o Mecanismo Amazônia Viva e o Programa COPAÍBAS.

O ARPA COMUNIDADES

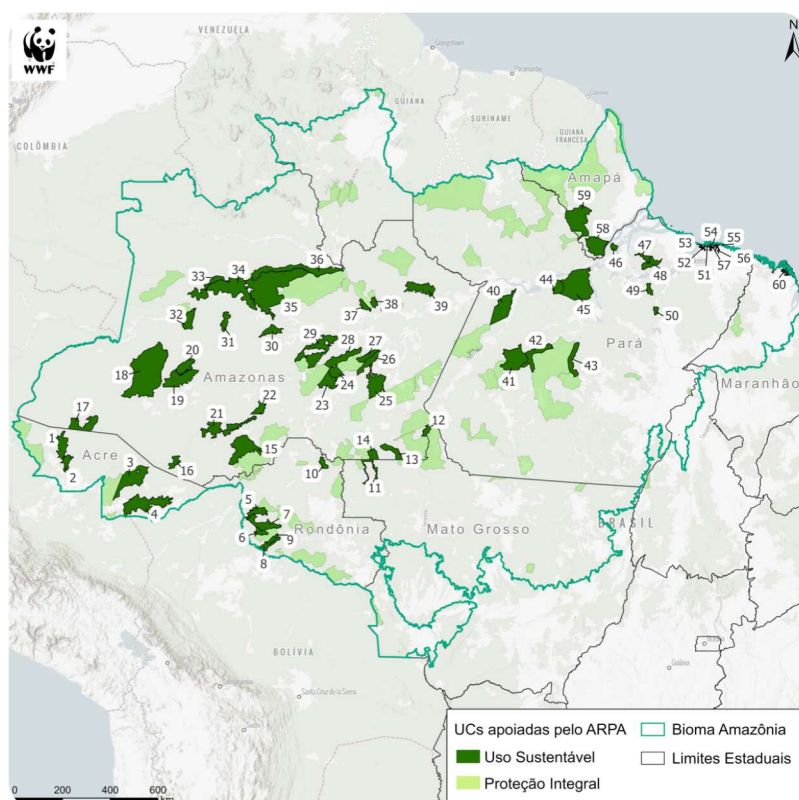
O ARPA Comunidades foi instituído a partir do Decreto Nº 12.484, de 3 de junho de 2025, o qual amplia os objetivos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) de forma a incluir o apoio ao fortalecimento das comunidades beneficiárias das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Programa e às atividades econômicas provenientes das cadeias da sociobiodiversidade, incluídas as de uso público, nessas UCs ao longo de 15 anos.

Nesse contexto, o ARPA Comunidades visa apoiar e fortalecer as organizações locais e as comunidades beneficiárias das 60 unidades de conservação de uso sustentável apoiadas pelo ARPA para inserção econômica em bases sustentáveis, para incidência e acesso a políticas e programas públicos e a garantia de direitos, contribuindo para a redução das atividades ilícitas, da degradação e do desmatamento dentro de reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade de vida e o bem-estar das populações que vivem nessas florestas.

As atividades previstas incluem a valorização da cultura e dos modos de vida tradicionais, a assistência administrativa e apoio em redes de articulação, a implementação de tecnologias de baixo custo voltadas para a adaptação às mudanças climáticas, capacitações diversas e

investimentos em infraestrutura produtiva, e expansão do acesso à energia e à conectividade. O projeto também prevê o oferecimento de assistência técnica e mentoria de negócios, a realização de estudos técnicos e visitas de campo, além do fortalecimento da articulação entre os diversos atores envolvidos e a implementação de ações de monitoramento ambiental.

Ao final de 15 anos, o ARPA Comunidades visa alcançar a conservação de longo prazo das florestas e o fortalecimento da resiliência das comunidades amazônicas, garantindo a continuidade de seus modos de vida tradicionais e a proteção dos recursos naturais. O sucesso do projeto será medido por indicadores como o aumento da conservação da biodiversidade, a redução das taxas de desmatamento, a melhoria nas tendências populacionais de espécies-chave e o fortalecimento da resiliência das comunidades locais



2. CONTEXTO

O ARPA Comunidades vai apoiar organizações comunitárias, associações produtivas comunitárias e comunidades, dentro e no entorno das UCs de Uso Sustentável apoiadas pelo Programa ARPA. Esse relacionamento vai potencialmente envolver comunidades tradicionais, populações indígenas e parceiros do poder público em esferas federal e estaduais (público-alvo). São previstos investimentos em fortalecimento comunitário, estruturas físicas para beneficiamento e comercialização de produtos da bioeconomia, capacitações e articulações

com o poder público para promoção de acesso a políticas públicas estruturantes para a melhoria do bem viver de comunidades beneficiárias das UCs apoiadas.

Para a implementação da iniciativa, faz-se necessário estabelecer procedimentos integrados de **gestão de riscos ambientais e sociais**, incluindo planos de ação adequados e processos de monitoramento. Neste contexto propõe-se a contratação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

Desde 2013, o FUNBIO vem moldando seu Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS). O escopo dos projetos executados pelo FUNBIO está alinhado com uma abordagem de não causar danos, salvaguardando os aspectos ambientais e sociais. À medida que o portfólio avança com a implementação dos projetos, há uma necessidade crescente de capacitação, juntamente com procedimentos e ferramentas do SGAS estruturados e integrados ao sistema de execução do projeto para garantir um melhor monitoramento e relatoria. Esta avaliação é oportuna, uma vez que uma revisão do SGAS do FUNBIO, bem como sessões de treinamento relacionadas, estão planejadas para o próximo ano.

No âmbito da Missão de Avaliação do ARPA Comunidades, o KfW identificou as seguintes questões considerando a conformidade com suas diretrizes de sustentabilidade, tendo como referência os Padrões de Desempenho (PD) da IFC e os Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial (ESS na sigla em inglês):

- PD2 e PD4: medidas de segurança ocupacional em campo para funcionários e consultores do Projeto
- PD4/ESS4: interseções com segurança/forças públicas.
- PD5: também relevante para as operações do FUNBIO no que diz respeito à demarcação de terras, possíveis restrições de acesso etc. (ESS5 §4c). Além disso, as terras utilizadas para fins de construção também precisam considerar a aplicação desta norma.
- PD/ESS7: escopo mais amplo de Povos Indígenas (PIs) e Comunidades Locais (CLs). Em seu formato atual, indica interseção limitada/inexistente com os PIs (e, portanto, irrelevância deste PD), uma vez que os processos e instituições relacionados às áreas de proteção dos PIs no marco legal brasileiro estão sob uma jurisdição legal e governamental diferente (FUNAI e Ministério dos Povos Indígenas) daquela sob a qual o ARPA Comunidades atua (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima). O escopo das operações do FUNBIO é transversal às terras e organizações dos PIs, salvaguardando seus direitos e não avançando na demarcação de terras. Para atingir o PD7/ESS7, e considerando o escopo internacional do SGAS do FUNBIO e a aplicação mais ampla das perspectivas de direitos humanos (protocolos de consulta, direitos à terra e de acesso etc.), esta norma é altamente relevante para o FUNBIO, tanto no que diz respeito aos PIs quanto às CLs.

De acordo com a categorização de riscos ambientais e sociais do SGAS do FUNBIO, temos:

- 1) Sem impacto: classes de ações predeterminadas sem impactos
- 2) Baixo impacto: classes de ações sem impactos significativos, devendo haver medidas de mitigação adequadas;
- 3) Impacto significativo: impacto social ou ambiental significativo que requer análise ambiental e redesenho do projeto.

O FUNBIO classificou o projeto na categoria Baixo Impacto, enquanto para o KfW ele é um B+ (impacto substancial – considerando as interseções com ESS5, ESS7 e ESS6). Além disso, para o KfW, este é um projeto FI B+, considerando que a unidade de implementação (FUNBIO) possui um SGAS. Para fechar as lacunas identificadas, o KfW e o FUNBIO concordaram com um Plano de Compromisso Ambiental e Social, indicando os requisitos acima a serem aplicados ao projeto para assim, contribuir para o fortalecimento do SGAS do FUNBIO.

3. OBJETIVO E ESCOPO

O objetivo desta contratação é contribuir para a construção de instrumentos e processos complementares à revisão do SGAS do FUNBIO. Desta forma, e como exercício piloto, desenvolver os requerimentos, instrumentos e processos, incluindo capacidades, para a adequada operacionalização do ARPA Comunidades. Como documento de referência está o Plano de Compromisso Ambiental e Social acordado para a iniciativa, assim como a Lista de Exclusão, Anexo I deste TdR. O FUNBIO optou, para a revisão de seus SGAS, por migrar das normativas dos Padrões de Desempenho (PD) da IFC para a estrutura das Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial. Desta Forma, essa Normativa, além dos requerimentos Ambientais e Sociais acordados, deve estruturar os produtos desta consultoria.

3.1 Atividades

1. Verificação e proposta de adequação dos contratos e procedimentos – por ex. responsabilidades e códigos de conduta com base nas PD2 e PD4 - de gerenciamento de Mão de Obra para funcionários e colaboradores (terceirizados, consultores, beneficiários e seus contratados) em relação à medidas de saúde e segurança ocupacional (SSO) incluindo medidas de segurança em campo, seguros de trânsito, assim como gestão e resposta a situações de emergências, e sensibilização e aplicação de seu Mecanismo de Queixas para reclamações e reivindicações.
2. Verificação e proposta de adequação de cláusulas trabalhistas (de acordo com o PD 2 da IFC/NAS2, incluindo as disposições das Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho - OIT), ambientais, sociais, de saúde e segurança do trabalho repassadas pelo FUNBIO aos Beneficiários do ARPA Comunidades. Normativas e compromissos aplicáveis, incluindo mecanismos de atenção a queixas e reclamações, reporte e monitoramento devem seguir a estrutura normativa orientadora deste Termo de Referência;
3. Definição da estrutura organizacional, responsabilidades e fluxos, e capacidade requerida e integração destes ao Manual Operacional do ARPA Comunidades, para – ao menos –,
 - A. Verificação das salvaguardas na elaboração (*templates*, requisitos) dos seguintes instrumentos:
 - Planos Operativos
 - Planos de Manejo
 - Planos de Vida
 - Planos de Negócios
 - B. Gerenciamento de riscos ambientais e sociais do ARPA Comunidades.
4. Desenvolver e testar ferramentas para:

- Análise de Risco do Beneficiário (Institucional Assessment) das organizações a serem beneficiadas;
- Categorização de riscos ambientais e sociais: verificação de iniciativas, projetos e subprojetos apoiados pelo ARPA Comunidades;
- Plano de Ação e cláusulas contratuais;
- Devida Diligência Ambiental e Social (DDAS, ou ESDD na sigla em inglês) requerida, incluindo por exemplo, ferramenta de verificação acerca de usos e ocupações formais e informais aplicável a todos os componentes e a obras; Planos de Gestão Ambiental e Social – por exemplo a serem aplicados à implementação dos Planos de Negócios; Requerimentos e guias para engajamento das partes interessadas, incluindo Mecanismo de Queixas adequado e disseminado.

O KfW dispõe de um pacote de informações e ferramentas padrão para tal fim, que pode ser disponibilizado e adaptado para as atividades do FUNBIO/ARPA Comunidades.

5. Revisar, adequar e aplicar de forma piloto o formulário de DDAS para Unidades de Conservação a serem criadas ou expandidas. Este inclui temas como verificação de sobreposição com Terras Indígenas e registro de decisão de procedimentos adotados; *legacy* de processos consultivos e participativos; restrição de acesso; uso de força pública; entre outros.
6. Indicar, no âmbito do ARPA Comunidades, possíveis atividades que tenham intersecções com forças de segurança pública e, caso relevante, estabelecer requerimentos, códigos de conduta, responsabilidades e procedimentos aplicáveis;
7. Proposição de estrutura de Mecanismos de Queixas para o ARPA Comunidades, com aderência ao público-alvo e para a governança;
8. Proposta de modelo de Plano de Ação Ambiental e Social para aplicação no ARPA Comunidades, aderente ao público-alvo. Deve incluir um conjunto de recomendações e medidas preliminares para mitigar quaisquer impactos negativos e aumentar os impactos positivos, e sugestões de metodologia para monitorar a implementação e a eficácia das medidas;
9. Proposição de melhorias nos processos de gestão de risco socioambiental (incluindo componente climático, quando relevante);
10. Ferramentas e procedimentos para monitoramento e reporte; e
11. Proposta de modelo de relatório anual de monitoramento de salvaguardas.

As atividades acima mencionadas serão em sua maioria produtos concretos e instrumentais. O FUNBIO irá proporcionar os documentos do ARPA Comunidades disponíveis assim como contatos com pessoal (interno e/ou consultorias relacionadas) necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Não será necessário realizar consulta às associações comunitárias e/ou partes interessadas.

4. QUALIFICAÇÃO

O FUNBIO procura um(a) consultor(a) com comprovada capacidade técnica e com atuação profissional robusta no tema. Os pontos que serão levados em consideração na seleção são:

- Pelo menos 10 anos de experiência com ecossistema de finanças sustentáveis do Brasil;
- Experiência comprovada com padrões de desempenho internacional (ex.: IFC's Performance Standards on Environmental and Social Sustainability e Salvaguardas Socioambientais do KfW);
- Experiência comprovada com Relatório de Diagnóstico de Impactos e riscos;
- Experiência comprovada na integração de questões ESG à estratégia, gestão de riscos, desenvolvimento de produtos e análise de investimentos;
- Experiência com regulação local (como normas do Banco Central do Brasil, do Conselho Monetário Nacional, legislação ambiental e trabalhista);
- Experiência com aprimoramento da gestão socioambiental em empresas;
- Experiência na realização de Due Diligences;
- Experiência com financiadores e fundos bi/multilaterais, principalmente o KfW.

5. PRODUTOS

Com base nas atividades delineadas no item 3.1, e agrupadas nos Produtos descritos na tabela abaixo, a consultoria elaborará um Plano de Trabalho detalhando as metodologias necessárias.

A consultoria disponibilizará o Plano de Trabalho para o FUNBIO e KfW e organizará uma reunião de kick off. Além das reuniões bilaterais com/no FUNBIO e colaboradores, a consultoria deverá prever um calendário de reuniões regulares entre o FUNBIO e o KfW para discutir os produtos em andamento.

PRODUTO	PRAZO
Produto 1: Plano de Trabalho	Até 10 dias após assinatura do contrato
Produto 2: Atividades 7 (Proposição de estrutura de Mecanismos de Queixas); 8 (Proposta de modelo de Plano de Ação Ambiental e Social); e 9 (Proposição de melhorias nos processos de gestão de risco socioambiental)	Até 30 dias após assinatura do contrato
Produto 3: Atividades 1 (Verificação e proposta de adequação dos contratos e procedimentos); 2 (Verificação e proposta de adequação de cláusulas trabalhistas); 4 (Desenvolver e testar ferramentas para Análise de Risco do Beneficiário; Categorização de riscos; Plano de Ação e cláusulas contratuais; DDAS); 5 (Revisar e adequar DDAS para UCs); e 6 (Indicar possíveis atividades e requerimentos relacionados a forças de segurança pública)	Até 55 dias após assinatura do contrato
Produto 4: Atividade 3 (Definições, templates e requisitos no MOP)	Até 75 dias após assinatura do contrato

PRODUTO	PRAZO
Produto 5: Atividades 10 (Ferramentas e procedimentos para monitoramento e reporte); e 11 (Proposta de modelo de relatório anual de monitoramento)	Até 90 dias após assinatura do contrato

Após o recebimento de cada Produto, o FUNBIO terá um prazo de até 10 dias para análise e solicitação de ajustes.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os documentos deverão ser apresentados em formato docx ou xlsx. Apresentações devem ser feitas em formato pptx. A entrega dos arquivos deverá ser feita de forma virtual, via e-mail ou por meio de serviços de hospedagem online. Os arquivos deverão ser entregues também em formatos editáveis.

7. PRAZOS

O prazo para conclusão do trabalho se inicia no dia da assinatura do contrato entre o FUNBIO e o(a) consultor(a). O prazo total do trabalho é de 03 meses, conforme cronograma de pagamento abaixo.

PRODUTO	PERCENTUAL
Produto 1: Plano de Trabalho	10%
Produto 2: Atividades 7 (Proposição de estrutura de Mecanismos de Queixas); 8 (Proposta de modelo de Plano de Ação Ambiental e Social); e 9 (Proposição de melhorias nos processos de gestão de risco socioambiental)	20%
Produto 3: Atividades 1 (Verificação e proposta de adequação dos contratos e procedimentos); 2 (Verificação e proposta de adequação de cláusulas trabalhistas); 4 (Desenvolver e testar ferramentas para Análise de Risco do Beneficiário; Categorização de riscos; Plano de Ação e cláusulas contratuais; DDAS); 5 (Revisar e adequar DDAS para UCs); e 6 (Indicar possíveis atividades e requerimentos relacionados a forças de segurança pública)	20%
Produto 4: Atividade 3 (Definições, templates e requisitos no MOP)	20%
Produto 5: Atividades 10 (Ferramentas e procedimentos para monitoramento e reporte); e 11 (Proposta de modelo de relatório anual de monitoramento)	30%

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO E OUTRAS INFORMAÇÕES

Este processo seletivo resultará na contratação de um Serviço Especializado Pessoa Física.

Devem ser incluídos no custo enviado pelo concorrente (quando solicitado) a remuneração dos serviços prestados pelo(a) consultor(a) e todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei (IRRF e INSS).

O(a) consultor(a) deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do FUNBIO, enquanto contratante.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento do produto, no FUNBIO, e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo FUNBIO, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos resultantes deste contrato terão os direitos patrimoniais revertidos para o FUNBIO, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Especificamente sobre dados do FUNBIO ou qualquer outro parceiro deverá ser solicitada previamente autorização para que os mesmos possam ser utilizados, restando ao FUNBIO a decisão, inapelável, sobre esta possibilidade.

9. SUPERVISÃO

A supervisão direta da execução dos serviços do profissional contratado para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência será da gerência do ARPA Comunidades no FUNBIO.

10. INSUMOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O FUNBIO disponibilizará todos os documentos necessários para a contextualização do(a) contratado(a) acerca do ARPA Comunidades.

Estão previstas reuniões virtuais para a apresentação dos produtos e para o alinhamento entre as partes. O/A contratado(a) deverá dispor de computador, softwares, espaço físico e demais recursos próprios para a execução dos produtos. Caso seja necessário realizar reuniões presenciais, o FUNBIO disponibilizará diárias para cobertura de custos recorrentes (hospedagem, alimentação e traslado) e também custeará passagens aéreas no território nacional.

11. CONFIDENCIALIDADE

Apesar das políticas das agências acreditadas serem públicas, os resultados desta consultoria, incluindo notas, entrevistas, reuniões, relatórios (finais ou rascunhos) são confidenciais e não poderão ser distribuídos sem a autorização prévia e expressa do FUNBIO. Além disso, a publicação do todo ou parte deste material pelo FUNBIO e seus parceiros não pode ser considerada como uma autorização implícita de distribuição deste conteúdo.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do FUNBIO.

12. DÚVIDAS SOBRE ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

Qualquer pergunta sobre este Termo de Referência ou assunto relacionado deve ser feita por escrito, pelo e-mail indicado na página do FUNBIO onde foi feito o anúncio deste processo de seleção.

Anexos:

Plano de Compromisso Ambiental e Social ARPA Comunidades

Referências:

[Guidelines | KfW](#)

[Environmental and Social Framework \(ESF\)](#)

[Legacy Landscapes Fund – Funding Conservation for Eternity](#)